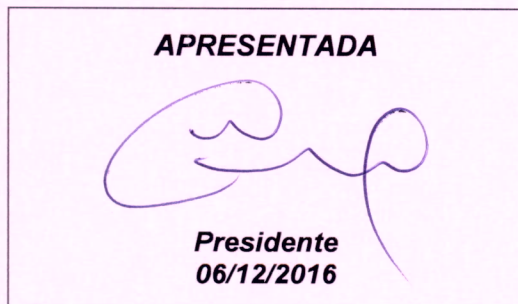


Câmara Municipal de Jundiaí


Estado de São Paulo

MOÇÃO Nº 443/2016


APELO ao Governador Geraldo Alckmin para que reavalie a decisão de alienar imóveis do Governo do Estado em Jundiaí.



A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo aprovou o Projeto de Lei nº 328/2016, que autoriza a alienação dos imóveis que especifica, dentre os quais, estão:

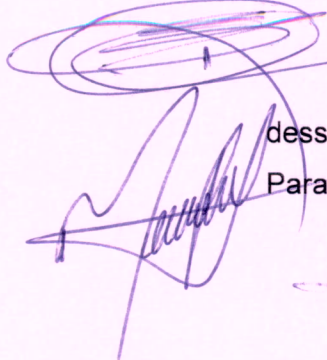


1) O Centro Avançado de Pesquisa Tecnológica Agronegócio e Engenharia e Automação (CEA/IAC) – Jundiaí, localizado na Rod. SP 300 – Dom Gabriel Paulino B Couto, km 65, Medeiros, CEP 13.212-240 (item 4 dos imóveis pertencentes à Fazenda do Estado de São Paulo, sob gestão da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, com menção às fls. 12, representação geográfica às fls. 18 e descrição perimétrica às fls. 38 e 39, todas do referido projeto);

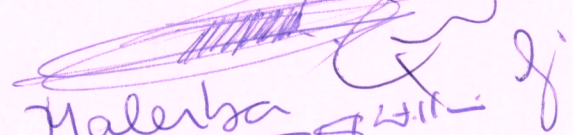

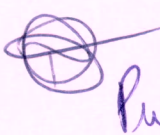
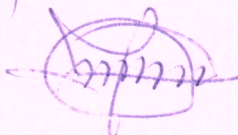


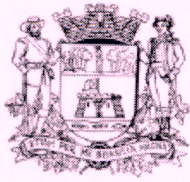
2) Dependências da ETEC Benedito Storani (ETEC Best), localizada na Avenida Antônio Pincinato, nº 4.355 (item 2 dos imóveis pertencentes à Fazenda do Estado de São Paulo, sob gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI), com menção às fls. 59 do referido projeto);

3) Sede da Polícia Rodoviária, localizado na R. Bom Jesus de Pirapora, nº 17.21, esquina com R. João Ferrara, na Vila Rami (item 17 dos demais imóveis pertencentes à Fazenda do Estado, com menção às fls. 61 do referido projeto).



Principalmente em relação aos dois primeiros imóveis, preocupa muito o impacto dessa decisão para a organização territorial e desenvolvimento econômico do Município. Para entender o porquê disso, observe-se que Jundiaí é uma das poucas cidades que





Câmara Municipal de Jundiaí

Estado de São Paulo

(Moção n.º 443 – pág. 2)

congrega vocações desde a área de agricultura e abastecimento, industrial, de serviços, mas também abarca em suas vocações as áreas de serviços, tecnologia e logística.

E não apenas isso, essas áreas atuam em sinergia, potencializando as forças e resultados umas das outras e proporcionando um ciclo virtuoso de crescimento constante e elevado do PIB, do valor agregado, e de qualidade de vida, que afeta também positivamente os resultados do Estado.

Observe que, conforme informações da Secretaria de Estado da Fazenda, Jundiaí cresceu 13,44% na divisão do ICMS em relação à média do restante dos municípios paulistas.

No entanto, é importante observar que esse sistema econômico complexo é sustentado por um equilíbrio delicado, principalmente em época de crise econômica, e um dos fatores determinantes para o sucesso de nossa agricultura ao longo dos anos foi justamente o funcionamento do CEA/IAC e da ETEC Best, que vêm garantindo ao longo dos anos a formação de profissionais e tecnologia capazes de proporcionar resultados excelentes na área de agricultura e abastecimento para nossa região.

Nossa preocupação é que a alienação desses locais prejudique esse equilíbrio econômico, impactando o crescimento da economia municipal. E nesse sentido, acredita-se ser viável um acordo entre Governo do Estado e Governo Municipal para que esses terrenos não sejam alienados.

No que tange à Sede da Polícia Rodoviária, destaque-se que atualmente a instituição funciona em sede próprio, e com a alienação terá que ser instalada em outro local, eventualmente mediante o pagamento de aluguel, e acredita-se que seria conveniente verificar se a remoção da Polícia Rodoviária desse local não viria a ser mais cara do que os recursos que seriam arrecadados com a venda do imóvel.

Por fim, destacamos que há um imóvel de propriedade do Governo do Estado na Rua Major Sucupira (Centro), atrás da Pinacoteca Municipal, o qual é de interesse do Município para uso do Poder legislativo Municipal.

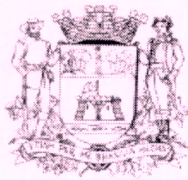
Assim, tendo em vista os motivos expostos, e acreditando na possibilidade de chegar a um entendimento sobre esse assunto, que seja benéfico ao Estado e ao Município,

(ml)

Pungto

Malerba

8



Câmara Municipal de Jundiaí

Estado de São Paulo

(Moção n.º 443 – pág. 3)

Apresento à Mesa, na forma regimental, sob apreciação do Plenário, esta **MOÇÃO DE APELO** ao Governador Geraldo Alckmin para que reavalie a decisão de alienar imóveis do Governo do Estado em Jundiaí, dando-se-lhe ciência desta deliberação.

Sala das Sessões, em 06 de dezembro de 2016.

ENG. MARCELO GASTALDO

[Handwritten signatures and scribbles in blue ink, including names like 'Valdeci', 'Purgato', 'Malerba', and 'Mariana S. Lopes']

EM ANEXO; CARTA ABERTA DO GRUPO EM DEFESA DO CEA, JUNDIAÍ

CARTA ABERTA

Aos Excelentíssimos Senhores

Governador Geraldo Alckmin

Secretário de Agricultura e Abastecimento Arnaldo Jardim

PORQUÊ O CEA – Centro de Engenharia e Automação, do IAC, NÃO PODE SER DESINTEGRADO OU DESMEMBRADO

Prezados Senhores,

Já é de conhecimento público a intenção de V.Sas. em promover a desintegração do CEA – Centro de Engenharia e Automação, localizado em área de interesse imobiliário, no município de Jundiaí, seja através do encaminhamento do Projeto de Lei N° 328/2016, que pretende a alienação desse imóvel, entre outros, seja através da eventual edição de Decreto remanejando a área de pesquisas em Mecanização Agrícola para outros Centros do IAC, em Campinas ou outros municípios..

Temos tentado esclarecer a questão, através de pronunciamentos em reuniões e audiências públicas, como também prestando informações à mídia isenta. Entretanto, continua o Governo em sua obstinada intenção. Percebemos que há um certo desconhecimento do assunto, principalmente por parte de V. Excias, Sr. Governador e Sr. Secretário, que não conhecem pessoalmente o Centro e **nos parecem mal assessorados sobre o assunto.**

Explicando esse **monumental equívoco**: a área de Mecanização Agrícola do CEA, atualmente, tem, entre suas principais linhas de pesquisa, o desenvolvimento de protótipos de máquinas, equipamentos e componentes agrícolas; a tecnologia de aplicação de agrotóxicos, fertilizantes, e outros insumos; a avaliação das condições de segurança em máquinas agrícolas, sistemas operacionais e equipamentos de proteção individual – além de outras.

Em primeiro lugar, esclarecemos que a equipe que trabalha nessa área atua de forma **integrada**. Pesquisadores e funcionários de apoio – estes, principalmente os lotados nas oficinas e usinagem – são especializados e sempre estão contribuindo nos projetos dos colegas. Assim, por exemplo, o pesquisador com conhecimento na construção de protótipos colabora com aquele da área de tecnologia de aplicação, que por sua vez contribui com o que desenvolve sistemas de produção – todos eles ajudados por aqueles que mais entendem de normas técnicas e de sistemas informatizados – e vice-versa. O profissional que lida com os tornos, na confecção de **novas ferramentas**, assiste a todos também, assim como os oficiais mecânicos que têm larga experiência na manutenção de máquinas agrícolas. Em suma, é um trabalho

sinérgico e inter-relacionado ! **Não há como não prejudicar as pesquisas e desenvolvimentos separando esse pessoal, essa equipe.**

Segundo, e não menos importante, **as instalações do CEA são únicas.** Foram projetadas e aperfeiçoadas para essa finalidade, como por exemplo o Laboratório de Semeadoras e Adubadoras, que tem bancadas de ensaio rebaixadas em relação ao nível do piso, onde tratores com implementos acoplados podem ser posicionados para ensaios; além de dois canais de solo (arenoso e argiloso, representativos do estado de São Paulo, e trazidos de locais distantes) de 65 m com trilhos onde deslizam simuladores de semeadura e adubação, num galpão devidamente arejado. Outros laboratórios têm salas com isolamento acústico e sistemas de refrigeração e exaustão de gases, para o trabalho com motores e equipamentos em funcionamento. O setor de usinagem é devidamente isolado, também, sendo que seus equipamentos (tornos, fresas, etc.) já estão ajustados devido à precisão que exigem. Não há recursos orçamentários para reconstruir tais estruturas, e mesmo que houvesse seria um **gasto perdulário**, frente a outras necessidades do setor e da população. **Milhões de reais já foram investidos** no patrimônio imobilizado, por agências de fomento (Fapesp, Finep) e pelo próprio Governo do Estado – **para agora serem solenemente desprezados, abandonados, alienados a um preço vil ?!**

Historicamente, o CEA é considerado um **centro de excelência** na área de mecanização. Ali foram desenvolvidas as bases da mecanização das culturas de café e laranja no Brasil. Tem importantes trabalhos na cultura da cana-de-açúcar, entre outras, e na área ambiental. E tem os olhos voltados para a pequena propriedade e as culturas que ali podem ser plantadas – com um **alcance social imenso**. Atua não só no desenvolvimento como na aferição da qualidade dos equipamentos, e também no treinamento de operadores, que é um dos gargalos da atividade no país. **E se agora mais não faz, é pela falta de apoio desse Governo, que nega a abertura de concurso público e reduz de forma crescente nosso orçamento de custeio.**

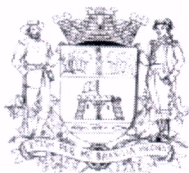
Devido às incertezas futuras, pesquisadores encontram dificuldades para firmar parcerias e prosseguir nos trabalhos demandados pelos agricultores.

Há que se lembrar, ainda, que o imóvel está protegido como Zona Especial de Proteção Ambiental pelo Plano Diretor de Jundiaí, cuja Prefeitura também já o colocou na lista de patrimônio histórico de interesse para tombamento (através do COMPAC – Conselho do Patrimônio Histórico). **Tais empecilhos naturalmente desvalorizam a área para a venda para fins de empreendimento imobiliário, o que vai frontalmente contra o objetivo do citado Projeto de Lei.**

Deputados da base de apoio do Governo, vereadores de Jundiaí e outros políticos, bem como a sociedade civil, produtores e parceiros, e a população da região em geral, que conhecem o local e sabem das importantes atividades ali desenvolvidas – **que precisam ser revitalizadas, e não cessadas** – já se manifestaram pela permanência do Centro nesse local. **Portanto, trata-se de uma ação inconsequente e predatória, além de politicamente desgastante, e que ficará como marca negativa desse Governo nos anais da história, caso não seja revertida.**

Jundiaí, dezembro de 2016.

a) Grupo em Defesa do CEA-Jundiaí



Câmara Municipal de Jundiaí

Estado de São Paulo

REQUERIMENTO VERBAL

173ª. SESSÃO ORDINÁRIA, DE 06/12/2016

URGÊNCIA

MOÇÃO N.º 443/2016 – MARCELO ROBERTO GASTALDO

APELO ao Governador Geraldo Alckmin para que reavalie a decisão de alienar imóveis do Governo do Estado em Jundiaí.

Autor do Requerimento: **MARCELO ROBERTO GASTALDO**

Votação: favorável

Conclusão: **APROVADO**